



Cartas marcadas

ARGENTINA Cristina Kirchner é condenada a 6 anos de prisão por corrupção em um processo ao estilo da Lava Jato

POR SERGIO LIRIO

O espírito da Lava Jato agonia, mas não morre. Após três anos e meio de um processo maculado, ao estilo Sergio Moro, por claros indícios de perseguição política, manipulação e conluio entre magistrados, empresários antiperonistas, meios de comunicação e a oposição de direita, a vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, foi condenada em primeira instância a seis anos de prisão por supostamente chefiar uma organização criminosa dedicada a desviar dinheiro público. Kirchner manteve por ora os direitos políticos e vai recorrer em liberdade. O desfecho da batalha levará anos, até um parecer definitivo da Suprema Corte. Caso seja derrotada em todas as apelações, ela será presa e banida da vida pública. A condenação antecipa, no entanto, a corrida presidencial de 2023. Em pronunciamento na noite da terça-feira 6, depois de conhecer a decisão do trio de juízes do caso – Rodrigo Giménez Uiruburu, Jorge Gorini e Andrés Basso –, a vice-presidente anunciou a desistência de se candidatar a qualquer cargo no próximo ano.

Kirchner é acusada de usar um testa de ferro, Lázaro Báez, antigo caixa de banco que se tornou da noite para o dia um influente empreiteiro na região de Santa Cruz, para desviar dinheiro público. A empresa de Báez conquistou

51 contratos durante os mandatos presidenciais de Néstor Kirchner, falecido marido da líder peronista, de 2003 a 2007, e dela própria, entre 2007 e 2015. Houve, segundo o Ministério Público, superfaturamento em 50 das 51 obras, e 24 foram pagas integralmente, apesar de abandonadas ou não concluídas. A lavagem de dinheiro se daria por meio de diárias forjadas por Báez em dois hotéis construídos pelo casal Kirchner. A divulgação dos detalhes da sentença e a fase de recursos começam em março.

No pronunciamento oficial, ao mes-

mo tempo mensagem à nação e recado a uma figura central da trama, Hector Magnetto, dono do *Clarín*, a Globo argentina, inimigo declarado do peronismo, a vice-presidente não contemporizou. “Esta não é uma sentença pelas leis da Constituição”, afirmou. “Tem sua origem em um sistema que ingenuamente chamei de *lawfare*, depois de Partido da Justiça. Não é *lawfare* nem Partido Judiciário. Isso é Estado paralelo e máfia, a confirmação de um sistema paraestatal.” Antes, fez questão de citar nominalmente o empresário: “Não serei candidata. Mui-



Apoio. Os peronistas acreditam na manipulação do processo e continuam fiéis



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 50

The Observer. Biden aposta na política externa para recuperar prestígio interno



INSTITUTO PÁTRIA/ARSENAL-SARANDÍ E JUAN MABROMATA/AFP

Lula de saias. A vice-presidente argentina enfrenta um massacre midiático de fazer inveja ao petista



Nosso Mundo

Contra-ataque. Fernández expôs em rede nacional o conluio entre juízes, promotores, mídia e a oposição de direita

to boa notícia para você, Magnetto, pois no dia 10 de dezembro de 2023 não terei privilégios e eles poderão dar ordem aos seus capangas para me colocar na cadeia. Mas seu animal de estimação, nunca”.

A referência a Magnetto não foi gratuita nem subterfúgio de quem prefere atacar a imprensa a assumir sua culpa. Às vésperas do anúncio da sentença, o jornal *Página 12* revelou um encontro de juízes, promotores, empresários de mídia, ex-agentes do serviço de inteligência e integrantes do partido opositorista do ex-presidente Mauricio Macri em uma fazenda em Lago Escondido, estância turística em Ushuaia famosa pela paisagem exuberante e a imponência das propriedades. Segundo o diário, o motivo principal do convívio, para o qual os convidados foram levados às pressas em um voo fretado, teria sido a definição dos termos da condenação de Kirchner. A história só piorou. Na sequência da denúncia, veio à tona uma troca de mensagens no aplicativo Telegram, na qual os participantes da reunião combinam estratégias e propõem desculpas esfarrapadas para desmentir a publicação. Trata-se, na devida proporção, da versão argentina da Vaza Jato, que expôs os crimes da República de Curitiba.

Ao tomar conhecimento não só da trama em Lago Escondido, mas da tentativa de encobri-la, o presidente Alberto Fernández prometeu investigar e punir os responsáveis. “Espero que todos se conscientizem da gravidade dos fatos. Faz mal à democracia ver a promiscuidade antirrepublicana com que alguns empresários, alguns juízes, alguns promotores e alguns funcionários se movem. Até agora eles se sentiram impunes. É hora de começar a ser responsabilizados por



sua conduta”, discursou em cadeia de rádio e tevê. Entre as medidas anunciadas, Fernández pretende estimular a abertura de processos de *impeachment* dos magistrados e procuradores envolvidos. O pronunciamento do presidente argentino produziu ao menos o efeito de colocar em evidência um tema ignorado pela mídia corporativa. O *Página 12* rema contra a maré em um mercado de informação muito semelhante ao brasileiro, sistema oligopolizado e de mão única. Sob a liderança do *Clarín* de Magnetto, os grupos

mediáticos entregaram-se nos últimos anos a uma sanha persecutória a Kirchner de fazer inveja ao recém-eleito Lula e que joga por terra qualquer investigação séria a respeito de eventuais esquemas de corrupção operados pela vice-presidente. Condenada previamente pelos jornais, rádios e tevês, em uma cobertura dramatizada e diária, como uma novela mexicana, a peronista e seu grupo político viram-se obrigados a se defender de acusações infundadas e fantasiosas, da denúncia dos “cadernos de corrupção”, supos-

REDES SOCIAIS E CASA ROSADA PRESIDÊNCIA



tas anotações de um motorista com detalhes dos esquemas, à versão de que quantias abissais de dólares eram enterradas no quintal, ao modo Pablo Escobar. Também à semelhança do Brasil, o resultado da cruzada midiática e judicial não resultou na limpeza ética da política. Nada de paraíso, só inferno. O ódio e a violência transformaram-se no motor da disputa política – vide a tentativa recente de assassinato de Kirchner –, dividiram a sociedade entre os “maus” e a “gente de bem” e estenderam o tapete para a ascensão ao poder de um extremismo debiloide e truculento. Jair Bolsonaro precisou de quatro anos para deitar por terra as frágeis estruturas brasileiras. No país vizinho, quem se propõe a cumprir idêntica missão é um desgredado economista anticomunista, Javier Milei, que, embora tenha chegado à casa dos 50 anos, cultiva a imagem de *enfant terrible*.

Kirchner na Argentina e Lula no Brasil não são casos isolados na América do Sul e, quem sabe no futuro, os historiadores consigam encontrar as correntes da engrenagem do *lawfare*, fenômeno citado pela vice-presidente argentina em seu discurso, que consiste em usar o sistema judicial para perseguir inimigos políticos

Na América do Sul, os golpes militares deram lugar ao abuso do aparato judicial

e aplicar golpes de Estado sem a necessidade de convocar as Forças Armadas. As correntes, certamente, passam pela Operação Lava Jato. A investigação comandada por Moro gerou franquias no subcontinente. No Peru, cinco presidentes e ex-presidentes foram acusados de aceitar propina da Odebrecht. Um deles, Alan García, preferiu o suicídio à prisão. Desde então, a política peruana vive mergulhada na instabilidade. Todos os mandatários foram alvo de processos de *impeachment*. O atual, Pedro Castillo, enfrenta o terceiro pedido em menos de dois anos de mandato. No Equador, Rafael Correa, mentor da “Revolução Cidadã” que tirou milhões de compatriotas da pobreza, refugiou-se na Bélgica para escapar do que acredita ser uma “perseguição do aparato de Justiça”. Na Bolívia, acusações de favoreci-

mento à empreiteira brasileira minaram a confiança em Evo Morales e facilitaram o golpe de 2019, revertido nas urnas um ano depois, em uma vitória incontestável do MAS, partido do líder indígena. Parênteses: na Bolívia, os golpistas não foram perdoados. Jeanine Añez, autoproclamada presidente interina no calor da derrubada de Morales por policiais e militares, acabou condenada a dez anos de prisão.

A sentença de Kirchner, a praticamente um ano das eleições presidenciais, e sua decisão de não concorrer a nenhum cargo mudam de maneira substancial o cenário político? Há dúvidas. A oposição, claro, comemora. “É uma renúncia para não demonstrar a humilhação. Qual peronista pode querer que ela seja candidata agora?”, tripudia a deputada Mariana Zuví, uma das autoras da ação penal. Para os apoiadores da vice-presidente, a condenação era certa, jogo de cartas marcadas, impressão reforçada pelas denúncias do *Página 12*. As manifestações nas ruas após a divulgação da condenação e a vigília em frente à casa de Kirchner indicam que a base não se deixa abalar pelos recentes acontecimentos. Os percalços estão em outro terreno. O governo Fernández tem sido incapaz de cumprir a promessa de debelar a inflação, recuperar o poder de compra da população, retirar milhões da pobreza e superar uma crise que, no vizinho, carece de prazo de validade. Metade do mandato transcorreu durante a pandemia, mas os argentinos estão cansados de desculpas, mesmo quando plausíveis. Em outubro, o índice oficial de preços anualizados atingiu 88% e, apontam as projeções, passará de 100% no fim de dezembro. A pressão inflacionária nubla a boa recuperação do PIB pós-Covid: 10% em 2021 e 4% neste ano, segundo o Fundo Monetário Internacional. O desemprego caiu de 9,6% para 6,9%, mas a pobreza continua em patamares indecentes: 36,5%. A corrupção, como se vê, é o menor dos problemas. •



Versões de Moro. Uiruburu, Gorini e Basso fizeram exatamente o que se esperava

